



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Câmara de Direito Privado  
Apelação - 1068598-58.2015.8.26.0100

**Registro: 2016.0000832033**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1068598-58.2015.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ONG ABCD'S AÇÃO BROTAR PELA CIDADANIA E DIVERSIDADE SEXUAL, é apelado MAGNO PEREIRA MALTA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores BERETTA DA SILVEIRA (Presidente sem voto), VIVIANI NICOLAU E DONEGÁ MORANDINI.

São Paulo, 11 de novembro de 2016.

**Marcia Dalla Déa Barone**  
**relator**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Câmara de Direito Privado  
Apelação - 1068598-58.2015.8.26.0100

**VOTO Nº 15.350**

**Apelante: Ong Abcd's Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual**

**Apelado: Magno Pereira Malta**

Comarca: São Paulo - Foro Central - 3ª VC

Juiz: Andréa Galhardo Palma

Ação Civil Pública - Indenização por danos morais - Sentença de improcedência - Insurgência da requerente - Alegação de cerceamento de defesa - Inocorrência - Feito maduro para julgamento - Pronunciamento realizado por parlamentar no exercício de suas funções - Imunidade parlamentar caracterizada - Dicção do disposto no artigo 53 "caput" da Constituição Federal - Lesão anímica - Não configuração - Decisão mantida - Recurso não provido.

**Nega-se provimento ao recurso.**

Vistos,

Ao relatório de fls. 187/189, acrescento ter a r. sentença julgado improcedente o pedido, carreando à autora o pagamento das verbas de sucumbência, observada a gratuidade concedida.

A autora interpôs recurso de apelo (fls. 197/212), sustentando que ocorreu cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide, uma vez que não foi oportunizada à autora a produção de provas para a resolução da questão posta; que a

imunidade parlamentar não exime o apelado da prática de crimes contra a honra coletiva; que no dia da passeata em defesa da classe LGBT, a atriz transexual Viviany Beleboni desfilou crucificada como Jesus Cristo no trio elétrico apenas como forma de protesto, mas, no entanto, o apelado, no uso de suas atribuições perante a bancada parlamentar e sua conta no facebook instigou o ódio da população cristã contra a referida comunidade, ocasionando, assim, uma ruptura em seu equilíbrio emocional, eis que desrespeitados os direitos de igualdade, liberdade e diversidade sexual, razão pela qual postula a fixação dos danos morais no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser revertido em ações de promoção de igualdade da população LGBT.

Contrarrazões (fls. 215/234).

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça  
(fls. 237/240).

As partes não se opuseram ao julgamento  
virtual (fls. 244).

### **É o relatório.**

A sentença apelada (fls. 187/193) deve ser mantida por seus próprios fundamentos com sustento no Artigo 252 do Regimento Interno desta Corte de Justiça (“Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando suficientemente motivada houver de mantê-la”).

Neste sentido já se decidiu por este E.  
Tribunal de Justiça (9264698-97.2008.8.26.0000-Apelação - Relator:  
Walter Fonseca; 0008361-07.2012.8.26.0577 - Apelação - Relator:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Câmara de Direito Privado  
Apelação - 1068598-58.2015.8.26.0100

Eduardo Siqueira; 0001182-04.2009.8.26.0035 – Apelação - Relator: Jacob Valente; 0004265-82.2010.8.26.0038 – Apelação - Relator: Marino Neto; 0000487-46.2010.8.26.0607 - Apelação - Relator: Caetano Lagrasta; 0019028-68.2011.8.26.0001 Apelação - Relator: Spencer Almeida Ferreira; 0005752-33.2012.8.26.0292 - Apelação - Relator: Donegá Morandini; 0010369-74.2010.8.26.0011 - Apelação - Relator: Ribeiro da Silva; 9128120-93.2009.8.26.0000 - Apelação - Relator: Fábio Quadros; 0032532-52.2008.8.26.0000 - Apelação - Relator: Miguel Brandi; 0014864-83.2012.8.26.0564 - Apelação - Relator: Theodureto Camargo).

Na mesma senda julgados do Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. em 04.09.2007; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. em 17.12.2004; REsp nº 265.534- DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. em 1.12.2003.

Convém acrescentar que o alegado cerceamento de defesa não restou configurado nos autos. Com efeito, as provas trazidas aos autos instruíram o feito de forma satisfatória, não se mostrando necessária a abertura de dilação probatória na hipótese em tela, sendo suficientes para a solução do litígio os documentos trazidos aos autos e desnecessária a produção de prova oral.

Por outro lado, o Magistrado é o destinatário da prova, cabendo a ele indicar a necessidade ou não da abertura de dilação probatória, respeitado o princípio do livre convencimento motivado. Nessa esteira, ao juiz, na condição de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Câmara de Direito Privado  
Apelação - 1068598-58.2015.8.26.0100

destinatário final das provas, é permitido indeferir as diligências que considerar inúteis ou meramente protelatórias quando avaliar que o acervo probatório é suficiente para firmar seu livre convencimento.

Neste sentido o entendimento deste E.

Tribunal:

0205753-30.2009.8.26.0004 Apelação / Promessa de Compra e Venda  
Relator(a): Egidio Giacoia  
Comarca: São Paulo  
Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado  
Data do julgamento: 18/12/2014  
Data de registro: 18/12/2014  
Ementa: APELAÇÃO Ação de consignação em pagamento Procedente Representação processual regularizada Ausência de prejuízo Juiz é o destinatário das provas Documentos necessários ao deslinde do feito Cerceamento de defesa afastado Inovação nas razões de recurso que não se admite Outorga de escritura não foi objeto da ação Discussão impertinente Aplicação do art. 252 do Regimento Interno do TJSP Decisão Mantida Recurso Improvido.

9000023-35.2010.8.26.0002 Apelação/Promessa de Compra e Venda  
Relator(a): Beretta da Silveira  
Comarca: São Paulo  
Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado  
Data do julgamento: 02/12/2014  
Data de registro: 03/12/2014  
Ementa: Ação declaratória de nulidade de compromisso de venda e compra. Compra e venda. Prevalência do princípio da livre apreciação da prova pelo juiz. Magistrado. Destinatário da prova. Cabe a ele, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Art. 130 do CPC. Simulação. Coação. Não caracterização. Inexistência de prova constitutiva do direito. Artigo 333 do Código de Processo Civil. Os autores manifestaram suas vontades ao assinarem o contrato de compra e venda, sem qualquer vício comprovado. Sentença mantida. Recurso improvido.

Dessa forma, desnecessária a produção de provas na forma requerida, cumprindo consignar que o feito se encontrava em termos para julgamento, tendo ocorrido satisfatória instrução probatória.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Câmara de Direito Privado  
Apelação - 1068598-58.2015.8.26.0100

Conquanto aduza a autora que o apelado junto à bancada parlamentar e a sua conta na rede social facebook tenha instigado à violência e o ódio da população cristã contra a comunidade LGBT, cumpre salientar que o pronunciamento em questão (fls. 70/73), foi realizado no uso de suas atribuições, sendo certo que o mesmo goza de imunidade parlamentar, nos moldes do disposto no artigo 53, 'caput', da Constituição Federal. Destaca-se que a imunidade parlamentar pressupõe o conjunto de garantias concedidas aos parlamentares a fim de que possam exercer suas funções de forma independente. Deste modo, os parlamentares possuem prerrogativas com o intuito de que possam livremente emitir opiniões, discursos ou votos proferidos no âmbito de suas atividades políticas, motivo pelo qual o pronunciamento do apelado caracteriza-se como imunidade parlamentar material.

Apenas para que não parem dúvidas, ressalta-se que o pronunciamento feito pelo apelado apenas foi extensivo à sua conta na rede social “facebook” e, por isso, pode-se afirmar que sua manifestação está em conformidade com o exercício de sua função (fls. 62/63). Além do mais, o apelado não pode ser responsabilizado pelos comentários de terceiros contidos no documento de fls. 64.

Com efeito, não se vislumbra que o apelado tenha proferido palavras repugnantes ou discriminatórias contra a autora, sendo que, no uso de suas atribuições e visando o interesse público, o parlamentar ofertou representação junto ao Ministério Público Federal para averiguação de patrocínio do evento pelas empresas Petrobrás e CEF, no valor de R\$ 2.000.000,00 (fls. 65/73).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
3ª Câmara de Direito Privado  
Apelação - 1068598-58.2015.8.26.0100

Por conseguinte, não há que se falar em indenização a título de danos morais, eis que inexistente o alegado nexo de causalidade.

Cumprе ressaltar que embora o julgamento deste recursos se dê após a entrada em vigor da Lei 13.105/15, o Novo Código de Processo Civil, em 18 de março de 2016, a distribuição do recurso ocorreu na vigência do Código anterior, motivo pelo qual deixo de fixar honorários recursais na hipótese, nos termos do artigo 85, §11 do Código de Processo Civil em vigor.

Em face do exposto, pelo voto, Nega-se provimento ao recurso, mantidos os termos da r. sentença.

**MARCIA DALLA DÉA BARONE**  
Relatora